

O DINHEIRO NA SOCIEDADE:

trabalhando o sistema monetário nos anos iniciais do ensino
fundamental¹

MONEY IN SOCIETY:

working with the monetary system in the early years of elementary school

Francisca Maria Moraes Silva ⁱ

Keylla Rejane Almeida Melo ⁱⁱ

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados de um estudo cujo objetivo foi analisar como é possível contextualizar o conteúdo 'Sistema monetário' a partir das relações econômicas, políticas e sociais do contexto de vida dos estudantes. Realizou-se uma pesquisa-ação, por meio de um projeto de intervenção desenvolvido com 24 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Nossa Senhora dos Remédios, no estado do Piauí. Como procedimentos de produção de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a aplicação de questionário e a observação participante das atividades do projeto. No tocante aos resultados, pode-se afirmar que os estudantes compreenderam a importância do dinheiro para a vida em sociedade, conseguindo verificar que o dinheiro circula de forma desigual na sociabilidade promovida pela lógica do capital. Conclui-se que o trabalho por meio de projetos educativos, fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica, possibilita a ressignificação da prática pedagógica, dotando docente e discentes de uma visão mais crítica da realidade.

Palavras-chave: Conhecimento matemático. Ensino-aprendizagem. Pedagogia histórico-crítica. Pesquisa-ação.

ABSTRACT: This paper presents the results of a study whose objective was to analyze how it is possible to contextualize the content of 'Monetary System'

¹ Este texto é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico em Escolas do/no Campo, ofertado pela Universidade Federal do Piauí.

based on the economic, political, and social relations of the students' life context. An action research project was carried out, developed with 24 fifth-grade students from a public school in the municipality of Nossa Senhora dos Remédios, in the state of Piauí. Data collection procedures included bibliographic research, questionnaires, and participant observation of the project activities. Regarding the results, it can be stated that the students understood the importance of money for life in society, even managing to verify that money circulates unequally in the sociability promoted by the logic of capital. It is concluded that working through educational projects, grounded in Historical-Critical Pedagogy, allows for the re-signification of teaching practice, providing teachers and students with a more critical view of reality.

Keywords: Mathematical knowledge. Teaching-learning. Historical-critical pedagogy. Action research.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade capitalista, o dinheiro é o centro das relações, o motor que move a vida social. Porém, o acesso ao dinheiro não ocorre da mesma forma para todas as pessoas, ao contrário, há uma distribuição desigual das riquezas que são produzidas, portanto, uma divisão desigual do dinheiro que provém dessas riquezas. Por isso, há formas diferenciadas de se lidar com esse recurso, dependendo do contexto em que vivem os sujeitos. O próprio campo, como espaço produtor e consumidor de mercadorias, possui dentro de si diversas formas de lidar com o dinheiro, tendo em vista ser o campo um espaço plural, diverso.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1997) orientam que os conteúdos matemáticos sejam trabalhados dentro de um contexto histórico. Por isso, em diálogo com educandos sobre a situação financeira das famílias, sobre as formas como lidam com o dinheiro no seu dia a dia, como o valor da venda de produtos agrícolas que produzem, percebemos que esse valor varia dependendo do lugar onde são vendidos. Assim, surgiu o desejo de levar os alunos a entenderem de forma crítica como se dá essa relação das pessoas com o dinheiro nos diversos contextos da estrutura social, com destaque para o município onde residem.

Foi elaborado o Projeto de Intervenção intitulado “O dinheiro no nosso dia a dia”, aplicado com crianças do 5.º ano do ensino fundamental (EF) da Escola Municipal Nossa Senhora dos Remédios, localizada na sede do município de Nossa Senhora dos Remédios, no estado do Piauí. A escola atende estudantes da cidade e do campo. Desenvolvemos uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, que partiu do seguinte problema: Como contextualizar o conteúdo “Sistema monetário” a partir das relações econômicas, políticas e sociais do contexto de vida dos estudantes?

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a matemática deve garantir que os educandos desenvolvam competências específicas, dentre as quais, as ligadas ao mundo do trabalho,

ao raciocínio lógico e à capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo ao conhecimento matemático para compreender e atuar no mundo, enfrentar situações problemas em múltiplos contextos e desenvolver e/ou discutir projetos que abordam questões de urgência social, com base em princípios éticos democráticos e sustentáveis, interagindo e trabalhando coletivamente, na busca de soluções para os problemas (Brasil, 2018).

Acreditamos que a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), idealizada pelo professor e filósofo brasileiro Dermeval Saviani, responde bem às citadas orientações da BNCC, sem nos afastar de uma perspectiva crítica de educação. Por isso, o projeto de intervenção teve esse referencial como subsídio teórico-metodológico.

Dados da pesquisa realizada, em 2022, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), intitulada Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), mostraram que “[...] o percentual de famílias com dívidas a vencer atingiu 79% no país em agosto, 6,1% a mais do que no mesmo mês do ano passado e 1% a mais do que em julho” (Muniz, 2022, s/p). A pesquisa também mostrou que a inadimplência, que consiste no atraso do “[...] pagamento de contas de consumo ou de dívidas, subiu para 29,6% do total de famílias do país em agosto, 4 pontos percentuais a mais do que em agosto do ano passado” (Muniz, 2022, s/p).

Esse fato torna-se um problema social que precisa de uma atenção especial por parte dos governos, das escolas, dos educandos e de suas famílias. É uma problemática que merece estudo para que os educandos compreendam suas causas e consequências, entendendo que são parte de uma sociedade capitalista que induz a criação contínua de necessidades que levam, muitas vezes, ao consumo exagerado e ao desperdício. Além disso, compreenderem as grandes desigualdades sociais geradas em torno do dinheiro.

Diante do exposto, foi traçado como objetivo geral da pesquisa: analisar como é possível contextualizar o conteúdo “Sistema monetário” a partir das relações econômicas, políticas e sociais do contexto de vida dos estudantes. E, como objetivos específicos: compreender a importância do dinheiro para a vida em sociedade; traçar o perfil socioeconômico das famílias dos estudantes; aplicar os conhecimentos adquiridos em situações do cotidiano.

A relevância social deste estudo está em fortalecer a escola pública como espaço/tempo de formação cidadã, por meio de um ensino contextualizado da matemática, instigando nos professores possibilidades didáticas que rompam com a forma tradicional adotada por muitos docentes, seja do campo seja da cidade. Projetos e sequências didáticas são ferramentas didático-pedagógicas interessantes para o professor utilizar na sala de aula, uma vez que promovem a interação social, desenvolvem o protagonismo dos estudantes, despertam a curiosidade, o espírito investigativo, a criatividade, ajudam na compreensão da realidade e possibilitam a sondagem das dificuldades dos educandos e a intervenção durante o processo de ensino-aprendizagem.

2 COMPREENDENDO O DINHEIRO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA DE EDUCAÇÃO

A educação formal em escolas localizadas no campo deve ser de qualidade, visando a socialização dos educandos e o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Para Caldart (2012, p.1), “[...] a educação do campo deve ser voltada para a realidade do campo”. Visando atender a essa premissa destacada pela autora, acreditamos que a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) desempenha muito bem esse papel de articular escola e realidade.

Moreira (2014) esclarece que a PHC é um movimento educacional brasileiro, mas pouco desenvolvida no ambiente educacional, ou seja, na escola percebe-se que os conhecimentos que a maioria dos educadores possui sobre essa corrente pedagógica são superficiais, dificultando, assim, a sua implementação como metodologia de ensino. Essa concepção de educação nasceu das necessidades postas pela prática de muitos educadores, pois as pedagogias tradicionais, nova e tecnicista não apresentavam características historicizadoras.

Faltava a essas pedagogias consciência dos condicionantes históricos e sociais da educação (Saviani, 2003). É na escola que se enraíza essa proposta pedagógica denominada de PHC, a partir da reorganização do processo educativo, objetivando um ensino sistemático por meio do qual se define a especificidade do saber escolar. Essa teoria traz um método diferente de trabalho pedagógico, sintetizado em cinco passos para o desenvolvimento do educando: Prática social; Problemática; Instrumentação; Catarse; Prática social (Saviani, 2016).

Para a PHC, através do conhecimento adquirido na escola, os educandos poderão propor mudanças transformando a prática educativa em uma ação efetiva para que o ensino consiga transpor as dimensões do espaço escolar. Portanto, a PHC é relevante para a educação do campo, sobretudo, porque ela envolve a ação docente, produzindo um novo conhecimento a partir do movimento dialético, implica mudanças na postura dos professores, no planejamento dos conteúdos científicos, dentro de uma totalidade, desenvolvendo nos educandos um amplo e profundo conhecimento da realidade.

O desenvolvimento desta proposta nas escolas do campo contribui para melhorar as práticas docentes. Saviani (2016, p. 39) enfatiza que para o educando ter um olhar crítico que contemple os aspectos sociais, culturais e econômicas da sua realidade, ele precisa permanecer “ [...] na condição de agente da prática que, pela mediação da educação, logra alterar a qualidade de sua prática tornando-a mais consistente, coerente e eficaz em relação aos objetivos de transformação da sociedade na luta contra a classe dominante [...]”.

Carvalho, Rodrigues e Melo (2023, p. 95), ao proporem alternativas para a prática educativa em classes multisseriadas, fundamentadas nos referenciais teórico-metodológicos da Educação do Campo e da PHC, trazem à tona o trabalho educativo com projetos como uma possibilidade promissora, pois, para as autoras, “[...] o projeto apresenta-se como uma forma de trabalho mais totalizante, podendo envolver todas as áreas do conhecimento (conteúdos) e tornar o/a aluno/a (destinatário) ativo/a em todo o processo”.

O trabalho com projetos educativos proporciona momentos de reflexão e produção, na busca de reconstituir a própria identidade; melhora o direcionamento do plano de ação da escola e do plano de trabalho dos professores; possibilita abordar as questões sociais em sala de aula; promove uma reflexão sobre a escola que queremos; valoriza o aluno e a escola, favorecendo a autoestima dos estudantes, de modo que sejam protagonistas de sua própria história. Os projetos permitem a contextualização dos conteúdos à realidade, o que vai ao encontro do

[...] caráter crítico da educação matemática, preocupada com a formação de sujeitos capazes de exercer sua cidadania com competência crítica, reflexiva e com compreensão das tecnologias que o cercam, por meio de uma leitura de mundo que a alfabetização matemática pretende proporcionar (Pizzolatto; Pontarolo; Bernartt, 2020, p. 309).

Importante ressaltar que contextualizar o ensino à realidade não significa desconsiderar o caráter objetivo e universal que tem o conhecimento, como compreende a PHC. Ao contrário, ao serem trabalhados num processo educativo intencional, os conteúdos são reconhecidos pelo seu caráter histórico e crítico. A PHC é uma proposta contra hegemônica, que tem como finalidade organizar as atividades escolares, com o uso de projetos, sequências didáticas para atender às especificidades da classe trabalhadora. Tem a função social de propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado pela ciência.

O ensino de matemática, na perspectiva da PHC, “[...] deve ocorrer por meio dos conteúdos, seguindo uma lógica previamente preparada e intencionalmente estabelecida. O que vai determinar se o conteúdo que está sendo ensinado é crítico ou se faz parte da realidade social é a postura política do professor atrelada à sua concepção de ensino” (Giaretton; Mazaro; Otani, 2016, p. 268).

A matemática, assim como as outras ciências, nasce na prática social, na busca do ser humano por explicar a realidade, por resolver problemas do seu cotidiano ou por facilitar o seu dia a dia. Dessa forma, a matemática é uma área de conhecimento fundamental na educação escolar, que deve ter seus conteúdos acessíveis a todos os sujeitos, numa perspectiva de formação crítica. Pizzolatto, Pontarolo e Bernartt (2020, p. 309), ao discutirem a Educação Matemática Crítica, desenvolvida por Ole Skovsmose, orientam:

O direcionamento do ensino-aprendizagem na Educação Matemática Crítica tem por objetivo o engajamento crítico e participativo por parte dos alunos. O professor deve buscar problemas que façam parte do cotidiano e sejam do interesse dos mesmos. A Educação Matemática Crítica opõe-se a resolução de atividades que destoem muito da realidade dos educandos.

De acordo com Carvalho (1994, p. 81): “A educação matemática é uma atividade essencialmente pluri e interdisciplinar. Constitui um grande arco, onde há lugar para pesquisar e desenvolver trabalhos dos mais diferentes tipos”. Essa natureza pluri e interdisciplinar possibilita a

articulação dessa área com todas as demais áreas do conhecimento, como as ciências da natureza, as ciências humanas e sociais, as linguagens. Para Carvalho (1994), a educação matemática aborda a interdisciplinaridade para facilitar o aprendizado dos conteúdos da disciplina.

Através da interdisciplinaridade, professores e alunos podem, juntos, realizar pesquisas, construir conceitos e criar novos métodos que facilitem a aprendizagem. De acordo com os PCNs (Brasil, 1997), as necessidades cotidianas fazem com que os alunos desenvolvam uma inteligência essencialmente prática que permite reconhecer problemas e solucioná-los, buscar informações, tomar decisões e, portanto, desenvolver uma ampla capacidade para lidar com atividade matemática. No entanto, é importante destacar que a aprendizagem do aluno depende muito da prática pedagógica que está sendo adotada pela escola.

É fundamental que os docentes considerem essa inteligência prática dos educandos, que, apesar de possuírem um conhecimento sincrético da realidade, podem falar de suas vivências e saberes no processo de problematização da realidade para compreenderem como a matemática pode instrumentalizá-los para resolver problemas do dia a dia. A PHC, nesse sentido, pode ajudar o professor a melhor organizar o trabalho pedagógico. Para o desenvolvimento do conhecimento matemático, várias são as estratégias que podem ser utilizadas pelo professor, como a resolução de problemas, jogos matemáticos, desafios, tomada de decisões, entre outros, que podem estar articuladas em sequências didáticas ou em projetos de trabalho educativo.

Giaretton, Mazaro e Otani (2016) asseveram que, metodologicamente, a PHC propõe um ensino de matemática que seja crítico e emancipador, comprometido com a transformação da realidade, buscando sempre superar limites e avançar no conhecimento. As autoras destacam que, assim como outros conhecimentos, a produção e o desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos ocorreram “[...] de maneira progressiva e é resultado da atividade humana, e surgiram para atender a necessidade de contar, calcular, dividir, multiplicar e registrar a riqueza material produzida pelos homens” (Giaretton; Mazaro; Otani, 2016, p. 269).

A matemática tem que ser encarada na escola como um conhecimento essencial para a vida humana, que auxilia na superação de problemas inerentes à realidade. É essa noção da matemática como criação humana que supre necessidades dos próprios seres humanos que vai levar os educandos a olhá-la com mais curiosidade, terem vontade de se apropriar de seus conteúdos para aplicá-los em diversos contextos de suas vidas.

Por isso, a aprendizagem da matemática por meio da PHC caminha nessa direção: de enraizar a matemática na prática social, possibilitando compreendê-la dentro das relações que dinamizam a realidade. Assim, como constata Giardinetto (2020, p. 212), o desafio para o professor é a elaboração de “[...] sequências de ensino e de aprendizagem que criem condições para que o aluno se aproprie dessa ‘lógica das relações’ no decorrer do processo de apropriação dos conteúdos escolares [...]”. Enfim, que o aluno consiga compreender a matemática e relacioná-la ao contexto sócio-histórico. Conforme Saviani (2003, p.14):

[...] as atividades escolares devem proporcionar a compreensão da realidade objetiva como síntese de múltiplas determinações, via o entendimento de cada determinação

pela mediação de apropriação das formas mais desenvolvidas do conhecimento. O acesso do conteúdo escolar denota o acesso às objetivações para si, principalmente a ciência, a arte, e a filosofia em suas formas clássicas.

Nessa perspectiva de um ensino voltado à compreensão da realidade, que é fruto de múltiplas determinações, os conteúdos da matemática são essenciais para instrumentalizar os alunos para que consigam elevar a consciência sobre o mundo. Giardinetto (2020, p. 212) lembra que, ao ensinar determinado conteúdo, é fundamental reconhecer a singularidade dos indivíduos que, estando num contexto específico da prática social, possuem conhecimentos particulares em relação a esse conteúdo, que é universal.

É imprescindível que o docente problematize a prática social (inicial), depreendendo não apenas a singularidade de cada aluno, mas também as particularidades dessa prática social em relação à universalidade. Instrumentalizar os alunos a partir do estudo dos conteúdos escolares fará com que compreendam as contradições existentes na realidade, com destaque para as desigualdades sociais. Essa forma de conduzir o ensino da matemática coaduna-se com as práticas pretendidas pela Educação do Campo, pois, como observa Caldart (2012, p. 264), essas práticas “[...] reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos”.

Estudar o sistema monetário, por exemplo, na perspectiva da PHC, possibilita aos alunos camponeses compreenderem as desigualdades sociais presentes no campo brasileiro que, no processo de modernização da sociedade, cunhou no imaginário das pessoas a ideia de campo como espaço de produção e não de vida de muitas pessoas, o que assolou a miséria no meio rural. Privilegiar o agronegócio como o modelo de produção em detrimento da agricultura camponesa acelerou a degradação do meio ambiente e da saúde das populações camponesas. Silva e Vasconcelos (2020, p. 220), ao discutirem o estudo da Agroecologia nas escolas do campo, asseveram:

É preciso evidenciar os prejuízos socioambientais do agronegócio à sociedade, como os camponeses enfrentam e realizam outras formas de produção e reprodução da vida em seus territórios, por meio da agroecologia, e construir processos educativos, tendo as escolas como espaços imprescindíveis, na formação de sujeitos transformadores dessa realidade [...].

Problematizar o dinheiro no campo requer problematizar as condições socioeconômicas dos camponeses que, de tão degradantes, levam ao êxodo rural de muitos sujeitos em busca de melhores condições de sobrevivência, pois faltam políticas públicas de investimento na agricultura, de comercialização da produção, entre tantos outros aspectos fundamentais para uma vida digna. Essa é a lógica do capital, que preza o aspecto econômico em detrimento do humano. “A contextualização adequada torna-se possível quando a gramática da matemática se torna compreensível e se encaixa no mundo real, com informações necessárias, onde os cálculos estarão certos ou errados” (Pizzolatto; Pontarolo; Bernartt, 2020, p. 309).

O sistema monetário integra o eixo Medidas no bojo do conhecimento matemático, mas é importante compreender que é um conteúdo que se interliga aos conteúdos de outros eixos da matemática, devendo ser estudado em articulação com esses outros conteúdos e contextualizado na prática social.

O conhecimento matemático construído historicamente encontra-se hoje estruturado em quatro grandes eixos de conteúdo (números, medidas, Geometria e tratamento da informação) nos currículos escolares, o que possibilita ao professor desenvolver o trabalho educativo, estabelecendo uma articulação desses eixos com a perspectiva de uma formação humana plena, para além da perspectiva de inserção no chamado “mundo do trabalho” (Giaretton; Mazaro; Otani, 2016, p. 266).

Não basta ensinar/aprender a mecânica do contar, calcular, medir etc. para resolver listas de exercícios escolares, com situações simuladas do cotidiano. A matemática precisa ir além, ajudando na ampliação da consciência sobre o mundo. O sistema monetário, nesse sentido, é um conteúdo fundamental para se compreender a lógica capitalista que rege a maioria das sociedades do mundo. Sobre isso, Silva (2022, s/p) esclarece:

A estrutura social percorre os trilhos do capitalismo, com uma valorização e importância enorme do dinheiro. Em qualquer área da vida social que peguemos como referência, o fim vai ser sempre o dinheiro, a questão relevante é sempre se há suficiente dinheiro e, se não houver, onde conseguir mais. As relações sociais e instituições como a família e a igreja, são alimentadas pelo dinheiro como um trem a vapor pela lenha que queima em seu forno.

Numa sociedade que preza pelo consumo desenfreado, é preciso estudar o sistema monetário no sentido de frear essa lógica. Mas é importante, também, que se compreenda que o dinheiro está desigualmente distribuído na sociedade. Quem produz as riquezas não tem a posse delas. Silva (2022, s/p) pontua: “O sistema capitalista transforma o trabalhador e o trabalho em mercadorias, ao privar o trabalhador dos objetos que produz”. O professor, como aquele que ensina, que promove a elevação da consciência dos educandos, deve ter o domínio dessas relações sociais que envolvem o dinheiro.

É isso que fará do conteúdo um instrumento que possibilite um olhar crítico sobre a realidade. Corroborando com esse pensamento, Hoffman e Moro (2012) defendem a formação e a consolidação de estratégias educacionais que busquem promover uma urbanização entre educação matemática e educação financeira, especialmente quando considerada a realidade atual, na qual há a exposição progressiva e agressiva das crianças ao universo econômico e de consumo.

Nesse sentido, a educação matemática está inserida nos primeiros anos da educação básica com o intuito de ampliar as possibilidades de aprendizagem, nas quais o professor prioriza um ensino no nível de seus educandos, valorizando a realidade cotidiana deles. Caldart (2012) afirma que a perspectiva da Educação do Campo não é proporcionar uma educação que delimita os passos do

sujeito, mas é fazer com que este seja educado através de princípios da sua cultura, autoconhecendo-se em seu espaço, e que tenha direito a uma educação de qualidade essencialmente referenciada, de modo que possa fazer uso dela para adquirir conhecimentos novos.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, buscamos apoio na pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, que é um tipo de pesquisa participante engajada em oposição à pesquisa tradicional, considerada como “independente”, relativa e “objetiva”. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática (Ketlfe; Rogiers, 1993, p. 99). A ideia de realizar uma pesquisa-ação surgiu ao problematizarmos com os 24 estudantes do 5º ano “B” do EF sobre o conteúdo “Sistema monetário”, momento no qual vimos que o dinheiro circula de forma desigual na sociedade. Assim, as etapas da pesquisa-ação foram as seguintes:

- 1) elaboração de um projeto de intervenção, cujo título foi “O dinheiro no nosso dia a dia”, com o intuito não apenas de estudar o conteúdo de ensino referido, mas, sobretudo, de fazer com que os alunos compreendessem as contradições existentes na sociedade quando se trata de dinheiro;
- 2) realização de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre a importância do dinheiro para a vida em sociedade. Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 65) expressam que a finalidade desse tipo de pesquisa é de “[...] aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas”. Esse estudo inicial foi crucial para a elaboração do projeto de intervenção;
- 3) aplicação de questionário fechado, visando traçar o perfil socioeconômico das famílias dos 24 estudantes sujeitos da pesquisa, de modo a conseguirmos problematizar a temática na realidade deles. O questionário continha cinco questões e foi explicado aos alunos e enviado como atividade de casa para que pudessem responder com suas famílias, se necessário;
- 4) elaboração de uma sequência didática, a partir dos conhecimentos científicos sobre dinheiro e da realidade socioeconômica das famílias, com o objetivo de que os estudantes pudessem aplicar os conhecimentos adquiridos em situações do cotidiano.

Como procedimento de produção de dados para a pesquisa, foi realizada, ainda, a observação participante das atividades do projeto de intervenção. Segundo Correia (2009, p. 31), a observação participante, como técnica de investigação, “[...] visa compreender as pessoas e as suas actividades no contexto da acção”. O pesquisador deve estar “[...] em contacto directo, frequente e prolongado [...] com os actores sociais, nos seus contextos culturais [...]”.

Como esta pesquisa trata-se de uma análise da prática docente da pesquisadora, a observação participante mostrou-se um procedimento adequado, pois a pesquisadora não apenas esteve em contato direto com os estudantes sujeitos da pesquisa, mas foi participante ativa em todo o processo. Para o registro dos dados, utilizamos o caderno de pesquisa.

O campo empírico da pesquisa foi a Escola Municipal Nossa Senhora dos Remédios, localizada no centro da cidade de Nossa Senhora dos Remédios/PI, que atende a estudantes da zona urbana e da zona rural. Estes, são deslocados por meio de transporte escolar. No ano de 2022, a escola atendia a 229 estudantes do primeiro ao quinto ano do EF na modalidade de ensino regular.

4 O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA

4.1 Perfil socioeconômico das famílias dos estudantes

A contextualização, como um dos princípios da Educação do Campo, possibilita a articulação dos estudos realizados na escola à realidade dos estudantes, numa perspectiva de compreensão do local conectado à prática social mais ampla. Assim, um procedimento metodológico que pode ser proposto pelo professor é a realização de pesquisas sobre a realidade dos estudantes, desenvolvidas por eles mesmos, com a mediação docente.

Os passos do método proposto pela PHC (Saviani, 2016) apresentam possibilidades para que o professor desenvolva uma prática docente contextualizada. Dessa forma, como atividade inicial do projeto de intervenção, tínhamos a intenção de levar os alunos a penetrarem em sua prática social, produzindo dados para problematizá-la. É essa problematização que subsidiará estudantes e professor na busca dos instrumentos necessários à compreensão dessa prática, isto é, a saírem do senso comum para uma análise crítica da realidade (catarse), o que lhes possibilitará voltar à prática social com a consciência ampliada.

Buscando contextualizar o ensino de matemática, mais especificamente do conteúdo Sistema Monetário, com fundamentação nos passos da PHC, encaminhamos um questionário para as famílias, a ser respondido junto com os estudantes sujeitos da pesquisa, com o intuito de conhecer o perfil socioeconômico das famílias. Analisando o perfil do grupo de alunos pesquisados, quanto ao gênero, 75% informaram feminino e 25% masculino. Na questão relacionada à faixa etária dos estudantes, foi verificado que, dos 24 interlocutores, 20 possui entre 9 e 11 anos de idade e 4 estão com idade a partir de 12 anos, o que revela a presença de distorção idade-série na turma.

Pesquisando dados sobre a distorção idade-série no QEd² relativos ao 5º ano do ensino fundamental, constatamos que o Censo Escolar de 2022 revelou que, no Brasil, a distorção idade-série dos estudantes neste ano de escolarização é de 12,5%. No Piauí, o percentual é ainda maior, 16,8%. No município de Nossa Senhora dos Remédios/PI, esse índice é alarmante, pois chega a 42,9%. Situação ainda mais grave quando olhamos para o percentual de distorção idade-série da escola campo da pesquisa, que é de 44,8%.

2 QEd² é uma plataforma virtual de acesso a dados e indicadores educacionais do Brasil, incluindo informações sobre cada escola, município e estado. Foi desenvolvida em 2012 pela Meritt e pela Fundação Lemann. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

É preciso que o poder público municipal reveja as condições de escolarização oferecidas aos estudantes, pois não basta que os alunos acessem a educação escolar, é fundamental que sejam oferecidas as possibilidades de permanência e de sucesso para todos os educandos. Nogueira, Costa e Pinto (2022, p.134) afirmam que a forma como o ambiente está organizado, a disponibilidade de infraestrutura e recursos pedagógicos fazem diferença na aprendizagem dos alunos. Acrescentamos a isso a valorização do trabalho docente, com carga horária de trabalho e remuneração adequadas, formação inicial e continuada de boa qualidade que lhes possibilitem ter domínio dos conteúdos que irão ensinar; planejar e desenvolver sua prática de modo contextualizado e intencional.

Os dados produzidos foram organizados, de modo coletivo, com a turma de estudantes. Dividimos em grupos para fazermos a separação dos dados semelhantes por questão e a transformação dos valores absolutos em porcentagens. Depois, analisamos os dados a partir de questionamentos. Eis, então, a análise dos dados produzidos.

Com relação à distância entre a residência dos estudantes e a escola, 85% dos interlocutores afirmaram morar distante da escola e 15% disseram que moram nas proximidades da instituição escolar. Percebemos a prevalência da política de nucleação na maioria dos municípios brasileiros. Dias e Melo (2020, p. 61) esclarecem que a nucleação de escolas data da década de 1970 e “[...] remete à criação de escolas referenciais, seguida do fechamento de escolas menores, transferência de alunos para uma nova escola agrupada e seriada, além de um procedimento político-administrativo que reúne diferentes escolas isoladas em uma só”.

Não há, portanto, uma organização da estrutura da rede de escolas pensada a partir das necessidades e bem-estar dos alunos e das famílias. Na escola pesquisada, por exemplo, há estudantes da zona rural que fazem todos os dias esse trajeto casa-escola-casa, sendo desconsideradas suas especificidades, conforme prevê a Educação do Campo em seu arcabouço legal e teórico. Isso é resultado de um amplo processo de fechamento das escolas do campo. Sobre essa situação, Schwendler (2005 *apud* Melo, 2021, p. 202) afirma que os ordenamentos legais que asseguram a escola como direito da população do campo não têm mudado “[...] a prevalência da lógica do custo-benefício das políticas, que se traduz no fechamento de escolas e consequente nucleação e adesão ao transporte escolar”.

É crucial que os municípios investiguem até que ponto a política de nucleação tem sido benéfica aos estudantes, em que aspectos interfere na sua aprendizagem, já que, com o aumento da distância entre casa e escola, outros problemas surgem, como aqueles relacionados à alimentação, cansaço, separação do convívio familiar e comunitário *etc.*

Quanto à renda familiar, identificamos que 87,5% (21 alunos) das famílias possuem renda inferior a um salário mínimo, enquanto 12,5% (3 alunos) responderam que sua família ganha entre 1 a 2 salários mínimos mensais. Complementando esses dados, perguntamos sobre a ocupação profissional dos pais para geração dessa renda, e 15% disseram ser filhos de agricultores; 50% disseram que os pais não têm renda fixa, pois sobrevivem de diárias, desenvolvendo atividades esporádicas, como servente de pedreiro, vendedora de cosméticos, faxineira, ajudante em mercearia; e outros 35% são servidores públicos, prestando serviço para a prefeitura do município.

Podemos afirmar, com base nos dados produzidos, que os estudantes provêm de famílias de baixa renda, possibilitando-nos inferir que são vulneráveis social e economicamente. Analisando essa situação à luz do capitalismo, está nítida a desigualdade da qual esse tipo de sociabilidade se alimenta. Importante destacarmos a análise de Silva (2022, s/p) sobre a situação da classe trabalhadora em termos de ganhos monetários sob a égide do capitalismo: “O dinheiro mudou a função do homem de transformar a natureza para fazer coisas que se relacionam a ele, ou que vão beneficiá-lo diretamente. Sua atividade apenas vai garantir que não morra de fome, pois o salário mínimo é a soma das condições mínimas de subsistência”.

No capitalismo, o dinheiro é distribuído de forma tão desigual, que é atribuído à grande parcela da população um valor para se manter vivo e com energia suficiente para trabalhar e sustentar a estrutura social, isto é, energia suficiente para produzir os bens e serviços que enriquecerão cada vez mais os donos do capital. E, claro, para consumir aquilo que lhe é permitido pelos interesses dessa lógica mercadológica.

Compreender o dinheiro por essa lógica contraditória e perversa do capital permite um novo olhar sobre o sistema monetário, que permite enxergar o dinheiro não como o principal eixo da vida, mas como aquilo que possibilita o atendimento das necessidades humanas sem fazer o jogo do consumismo exagerado do capital. Para Freire (1996, p. 98), “[...] o saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativa crítica é o de que como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”. É nesse sentido que acreditamos que problematizar as contradições da realidade na sala de aula é um meio de formação para uma atuação consciente no mundo.

4.2 Sequência didática: aplicando os conhecimentos adquiridos em situações do cotidiano

A análise dos dados produzidos na pesquisa permitiu um diálogo interessante com os estudantes sobre a situação financeira de suas famílias. Eles puderam falar de suas vivências e saberes, além de expressar curiosidades sobre o tema em estudo. Dando continuidade às atividades do projeto educativo, foi elaborada uma sequência didática, como o objetivo de instrumentalizar os estudantes para a compreensão crítica da forma como o dinheiro circula socialmente.

Para Zabala (1998, p.18), sequência didática (SD) é “[...] um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelos professores como pelos alunos”. Elaborada de forma coletiva por docente e discentes, a SD permite a participação ativa dos estudantes. Foi, então, elaborada a sequência didática constante no Quadro 1.

Quadro 1 – Sequência didática desenvolvida

SEQUÊNCIA DIDÁTICA			
Conteúdo de ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Monetário 		
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender que o dinheiro é uma invenção humana, por isso, as formas de relação da sociedade com ele muda ao longo dos tempos; • Conhecer as moedas de diversos países; • Entender o que é consumismo e como podemos nos afastar dele; • Aplicar os conhecimentos aprendidos em situações do dia a dia. 		
Etapas	Descrição	Como fazer	Duração
1ª - Levantamento de informações	Debate visando conhecer o que os alunos já sabem sobre o sistema monetário.	Indagações: Para que o dinheiro é utilizado? De onde vem o dinheiro que seus pais usam para comprar as coisas? Qual a moeda utilizada no Brasil? Nas outras partes do mundo, em outros países, a moeda é a mesma do Brasil ou é diferente? Sempre existiu o dinheiro em forma de papel e moeda? Quais outras formas se adquiriam bens em outros tempos? Qual o valor do salário mínimo? Qual o valor de uma diária de serviço na sua cidade ou comunidade? É a mesma para qualquer serviço? Você sabe o valor de alguns produtos agrícolas da região?	1 aula
2ª - Contextualização histórica	Leitura e discussão de textos (curiosidades para entender que nem sempre se utilizou o dinheiro como hoje)	Na época do Brasil Colônia, a primeira moeda utilizada era o açúcar, como sistema de troca. Na Antiga Roma, o sal era usado para pagar os soldados, daí a origem do termo salário. Com o passar do tempo, aconteceu a valorização do ouro, prata, cobre e bronze, surgindo, assim, as moedas e, em seguida, o papel moeda. A moeda de um real é feita com dois tipos de metais diferentes: o centro da figura é composto de aço inoxidável e a parte dourada que circula a moeda é feita de aço revertido de bronze. Deve-se economizar e comprar o que realmente é importante.	3 aulas
	Atividade de pesquisa	Para entender que cada moeda tem o seu valor em determinado país, será realizada pesquisa sobre a moeda de alguns países. Outra pesquisa será procurar saber o porquê que a sociedade é tão ligada ao dinheiro, por que se induz tanto o consumismo.	

3ª Aprofundando conceitos	- Diferentes formas e usos do dinheiro	Exibição do vídeo “Conhecendo Museu - Episódio Museu de Valores do Banco Central”, para trabalhar o conceito de escambo e outras informações. Observação de cédulas do real para verificar os animais que estão nelas e fazer uma pesquisa sobre esses animais. Estudo das partes que compõem um cupom fiscal. Preenchimento de um cupom fiscal em branco, com os devidos cálculos. Brincadeiras de faz de conta em espaços onde se utiliza cupom fiscal. Estudo dos elementos que compõem a folha de cheque. Preenchimento por cada aluno do seu cheque. Brincadeiras de faz de conta num banco para depósitos, saques, transferências.	3 aulas
	Estratégias de utilização do dinheiro	Será solicitado aos alunos que elaborem uma estratégia para a melhor utilização do dinheiro em seu cotidiano.	
4ª - Culminância	Aplicação dos conhecimentos aprendidos	Criação de um mercado fictício em que os alunos poderão brincar vivenciando a experiência de utilizar o dinheiro nas suas mais diferentes formas. Esse mercado fictício será exposto para que todos os alunos da escola e as famílias possam participar da atividade, incentivando os filhos, sob orientação dos docentes, a se perguntarem se é realmente necessário comprar, calcularem valores, economizarem, fazerem pesquisa de preços <i>etc.</i> Nas paredes, serão expostas e socializadas as pesquisas feitas pelas crianças durante o estudo do sistema monetário.	1 aula

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Ao analisar as atividades constantes na SD, verificamos os passos da PHC, articulados de forma dialética, com a discussão da temática em estudo situada na prática social dos estudantes, considerando que a SD foi elaborada a partir do conhecimento da realidade desses sujeitos. Conforme orienta Saviani (2016, p. 21), “[...] o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa é a prática social”. Durante todo o processo, ocorreram momentos de problematização, mas, sobretudo, no início da SD, os estudantes foram exaustivamente interrogados sobre questões que envolvem o dinheiro, de modo que o senso crítico fosse despertado por meio dos conhecimentos que já possuíam (Saviani, 2016).

As atividades que seguiram foram de instrumentação que, conforme Saviani (2016), é a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos de modo a apresentar maneiras de proporcionar

possíveis soluções à situação problema por meio da mediação do professor, levando em consideração os conhecimentos científicos. Assim, os estudantes iam pesquisando sobre o tema, lendo e discutindo textos, assistindo a vídeos, brincando com situações e instrumentos do cotidiano que envolvem dinheiro etc. Ao estudarem sobre o tema, os estudantes iam demonstrando catarse em diversos momentos.

Segundo Saviani (2016), a catarse consiste na ampliação da compreensão do conteúdo posto em prática, passando do conhecimento do senso comum para o conhecimento mais científico, tornando o estudante capaz de expressar o conhecimento adquirido e utilizá-lo para intervir na realidade mediante situações problemas. Essa ampliação da consciência foi observada, sobretudo, por meio da atividade de culminância, na qual os estudantes, junto com suas famílias, puderam demonstrar novas posturas diante do uso social do dinheiro. Portanto, a prática social não é mais a mesma para estes estudantes, pois constatamos posicionamentos diferentes diante do mundo.

O trabalho desenvolvido a partir da SD possibilitou-nos afirmar que a utilização da PHC como método de ensino permitiu-nos a ressignificação da nossa prática docente, à medida que nos apropriamos de conceitos fundamentais para ensinar o conteúdo “Sistema Monetário” integrado à realidade dos estudantes e com um viés crítico. Isso possibilitou o rompimento com metodologias ultrapassadas que não colocam o aluno em atividade. Pizzolatto, Pontarolo e Bernartt (2020, p. 310) advertem que “[...] a busca pela matemacia [alfabetização matemática] deve estar aliada a diferentes programas, formas de pesquisa e metodologias de ensino que têm como objetivo desenvolver a reflexividade para a formação do cidadão crítico”.

É ser partícipe do processo que leva o discente a ver sentido no que estuda e, portanto, a comprometer-se com sua aprendizagem. Assim, o papel do professor é fundamental, cabendo a ele ter o domínio do conteúdo e um repertório variado de atividades que impulsionam os estudantes a se questionarem e a buscarem respostas. De acordo com Libâneo (2004, p. 150), “[...] a ação pedagógica, portanto, não se refere apenas ao como se fazer, mas, principalmente, ao porque se faz, o trabalho educativo para as finalidades sociais e políticas almejadas pelo grupo de educadores”.

Assim, para que as intencionalidades educativas sejam alcançadas, é crucial que toda a escola trabalhe no sentido de oferecer uma educação mais crítica, transformadora. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática (Brasil, 1997), a “[...] atividade da matemática escolar não é olhar para as coisas prontas e definitivas”, mas a construção e a apropriação de um conhecimento pelos estudantes que se servirão dele para compreender e transformar sua realidade.

Nesse sentido, podemos dizer que, ao oportunizar aos alunos, desde cedo, situações de aprendizagem nas quais eles possam participar efetivamente, não recebendo apenas conteúdos prontos, mas possibilitando-lhes a autonomia e a busca de novos saberes, é o que dá qualidade ao processo de ensino-aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos definidos para a pesquisa, podemos afirmar que foram alcançados, embora saibamos que as aprendizagens acontecem de forma diferenciada para cada estudante. Levar os estudantes a pesquisarem sobre o conteúdo a ser estudado em sua própria família possibilitou que esses sujeitos compreendessem que o conhecimento que se estuda na escola está relacionado à sua prática social.

Ao longo de alguns anos atuando na docência dos anos iniciais do ensino fundamental, trabalhávamos o sistema monetário apenas como um conceito abstrato, o que dificultava a compreensão dos estudantes de que o dinheiro faz parte das nossas relações cotidianas, sejam elas econômicas, políticas e sociais. Assim, os discentes não refletiam sobre as suas próprias relações com o dinheiro e não transformavam suas posturas diante dele, fruto da sociabilidade capitalista que prega o consumismo desenfreado.

A adoção da Pedagogia Histórico-Crítica como método de ensino levou ao entendimento de que o dinheiro na lógica do capital produz desigualdades socioeconômicas imensas, pois as riquezas são produzidas pela classe trabalhadora, que vende a sua força de trabalho, mas esta não dispõe dos meios para usufruir dessa riqueza, tendo em vista que seu poder aquisitivo proporciona apenas o básico para sua sobrevivência. Assim, essa ampliação da consciência envolveu não apenas os educandos, mas sobretudo a docente, que teve que estudar muito para se apropriar de conhecimentos que oportunizassem organizar um trabalho pedagógico que levasse à criticidade.

Dessa forma, a pesquisa traz contribuições significativas para o campo da formação docente, ao evidenciar que a apropriação teórico-metodológica da PHC potencializa a reflexão sobre a própria prática e favorece a construção de propostas pedagógicas intencionalmente orientadas para a transformação social. Ao articular pesquisa-ação, trabalho com projetos e sequência didática, o estudo reafirma o papel do professor como intelectual crítico, capaz de planejar, mediar e ressignificar o ensino a partir da realidade concreta dos educandos.

No que se refere ao ensino crítico da matemática nos anos iniciais, a investigação demonstra que é possível superar abordagens tecnicistas e abstratas, promovendo a compreensão dos conteúdos matemáticos como produções históricas vinculadas às relações sociais, econômicas e políticas. Ao tratar o sistema monetário de modo contextualizado e problematizador, a pesquisa contribui para a formação de estudantes mais conscientes, capazes de ler criticamente a realidade e utilizar o conhecimento matemático como instrumento de compreensão e intervenção no mundo, fortalecendo a função social da escola pública e da educação matemática comprometida com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CALDART, R. S. Educação do Campo. In CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARVALHO, J. P. de. Avaliação e perspectiva na área de ensino de matemática no Brasil. Em Aberto, Brasília, n. 62, p.74-88, abr./jun.1994.
- CARVALHO, W. R. L.; RODRIGUES, D. B.; MELO, K. R. A. O trabalho educativo com projetos na Educação do Campo. Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES, v.27, n. 54, p. 79-108, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4127>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- CORREIA, M. da C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. Pensar Enfermagem, v. 13, n. 2, 2º Semestre de 2009. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23968/1/2009_13_2_30-36.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.
- DIAS, E. F. S.; MELO, K. R. A. “Não vou sair do campo pra poder ir pra escola”: o fechamento de escolas do campo no Piauí. In. MELO, K. R. A.; BONFIM, L. J. S. (Orgs.). A relação Estado, Sociedade e Escolas do/no Campo: reflexões a partir do Programa Escola da Terra no Piauí. Teresina: Edufpi, 2020. p. 47-70.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIARDINETTO, J. R. B. Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Matemática: a utilidade de categorias do materialismo histórico-dialético como subsídio para o processo de ensino. Debates em Educação, v. 12, n. 36, jan./abr. 2020, p. 211-224.
- GIARETTON, F. L.; MAZARO, L. D. V.; OTANI, S. O ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: contribuições à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. In. GAGNONCELLI, C.; MALANCHEN, J.; MATOS, N. da S. D. de. (Orgs.). O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.
- HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. Zetetiké/Unicamp, v. 20, n. 38, p. 37-54, 2012.
- LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiás: Editora Alternativa, 2004.
- MELO, K. R. A. Crianças camponesas e protagonismo na escola. Curitiba: Appris, 2021.
- MOREIRA, H. B. A pedagogia histórico-crítica no contexto educacional brasileiro: reflexões preliminares numa abordagem histórica, teórica e prática. In. SEMINÁRIO ANPED SUL, 10, 2014, Florianópolis. Anais eletrônicos [...] Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/566-0.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.
- MUNIZ, M. 79% das famílias brasileiras estão endividadadas e quase 30% estão inadimplentes. CUT Brasil, São Paulo, 05 set. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/79-das-familias-brasileiras-estao-endividadadas-e-quase-30-estao-inadimplentes-dd10>. Acesso em: 20 out. 2022.

NOGUEIRA, A. C. O.; COSTA, M. T. P. da; PINTO, M. D. de O. S. Fracasso escolar nas escolas do campo. *Communitas*, [S. l.], v. 6, n. 13, p. 127–144, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/6039> . Acesso em: 6 mar. 2023.

PIZZOLATTO, C.; PONTAROLO, E.; BERNARTT, M. de L. A educação matemática crítica na formação do cidadão para sua emancipação social. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 25, n. 1, 303-314, março, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5678/pdf>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores associados. 2003.

SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica na educação do campo. In. BASSO, Jaqueline Daniela; SANTOS NETO, José Leite dos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Orgs). *Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais*. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, 2016.

SILVA, G. A. da. O jovem Marx e o dinheiro. *Brasil Escola*. 2022. Disponível em:

<https://meuartigo.brasilestela.uol.com.br/filosofia/o-jovem-marx-dinheiro.htm>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SILVA, N. R. da; VASCONCELOS, G. de O. S. de. Agroecologia nas escolas do campo: um processo em construção. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 30, n. 61, p. 219-232, jan./mar. 2021. Disponível em:

<https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/10094>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 03 dez. 2022.

ZABALA, A. A *Prática Educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 6 de junho de 2025.

Aprovado em: 23 de junho de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.30681/revs.v16i3.13849>

ⁱ Francisca Maria Moraes Silva. Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico em Escolas do/no Campo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2022), Professora da Secretaria Municipal de Educação de Nossa Senhora dos Remédios/PI (UNEMAT). Nossa Senhora dos Remédios, Piauí, Brasil.

Curriculum Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6953320334118765>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4868-7430>

E-mail: franciscamariamoraes69@gmail.com

ⁱⁱ Keylla Rejane Almeida Melo. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2018), Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI), integrante do Grupo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí (Nupecampo/UFPI). Teresina, Piauí, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3849744718377291>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3818-5955>

E-mail: keyllamel@ufpi.edu.br